

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

### 1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
19/06/2023	09:20	11:00	Auditório TJBA

### 2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Apresentação do GPJ
04	Indicadores Justiça em Números
05	Metas Nacionais
06	Resultado da Semana de Saneamento de Dados
07	Semana de Sentenças e Baixas
08	Ações Prêmio CNJ de Qualidade 2023
09	Eventos de junho e julho
10	Portfólio de Projetos Estratégicos
11	Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico -CAPG
13	Agendamento da próxima RAE - Encerramento

### 3. Participantes

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Des. Nilson Soares Castelo Branco	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	Desa. Gardênia Pereira Duarte (ausência justificada/representada)	1ª Vice-Presidência	
03	Desa. Márcia Borges Faria (ausência justificada/representada)	2ª Vice-Presidência	
04	Des. José Edivaldo Rocha Rotondano (ausência justificada/representado)	Corregedoria Geral da Justiça	
05	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior (ausência justificada/representado)	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	Des. Mário Augusto Albiani Alves Júnior	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	Juiz de Direito Ícaro Almeida Matos	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	
08	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição	
11	Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro	Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do CNJ	
12	Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
13	Tuany Silva Andrade	Chefia de Gabinete da Presidência	
14	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Secretaria-Geral da Presidência	
15	Pedro Lúcio Silva Vivas	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
16	Fabício Nascimento Ferreira	Secretaria de Administração	
17	Marcos Vinício Brasil Alcântara	Secretaria Judiciária	
18	Janaína Barreto de Castro	Secretaria de Gestão de Pessoas	
19	Ricardo Neri Franco	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
20	Tâmara Luz Miranda Rêgo	Controladoria do Judiciário	
21	Viviane da Anunciação Souza	Diretoria de Primeiro Grau	
21	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

### 4. Abertura

O Presidente do TJBA agradeceu e cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a XXV Reunião de Análise da Estratégia.

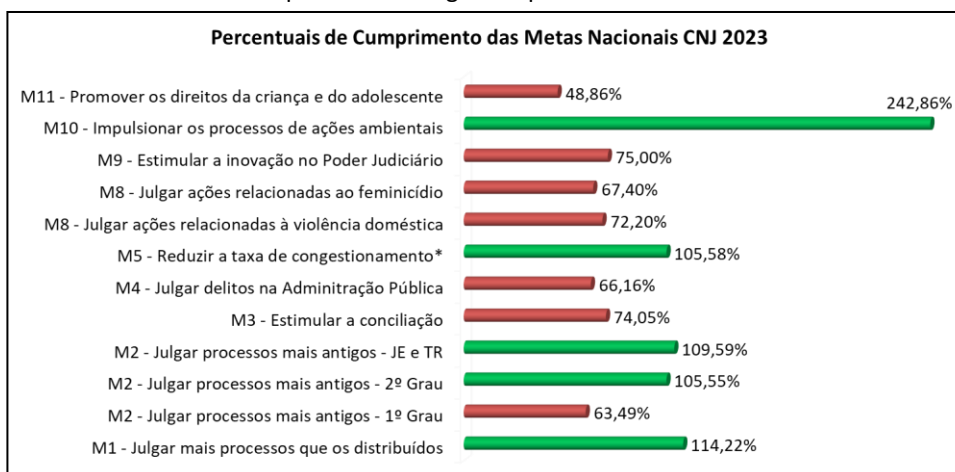
### 5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo da XXIV Reunião de Análise da Estratégia. Após a leitura e sem nenhuma consideração dos membros do CGov a ata foi aprovada.

### 6. Indicadores Justiça em Números e Metas Nacionais

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, apresentou os números relativos ao ano de 2022 e as projeções para o ano de 2023.

Sobre as Metas Nacionais o Secretário apresentou o seguinte quadro:



Desembargador Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro cumprimentou a todos e relatou, de forma resumida, as atividades realizadas por 63 juízes substitutos distribuídos entre o Núcleo de Justiça 4.0 e a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau. O desembargador falou da visível motivação dos magistrados em relação às atribuições que lhes foram passadas. Sobre o desempenho do grupo Des. Cafezeiro citou os números da produtividade desse grupo que foi destinado a julgar os processos relacionados aos itens do Prêmio CNJ de Qualidade. O magistrado agradeceu e elogiou o trabalho realizado pelo Juiz Assessor da Presidência Sadraque Rios.

O Presidente do TJBA, Nilson Soares Castelo Branco, agradeceu ao empenho tanto do grupo, como do Des. Cafezeiro e reforçou as palavras em relação à Dr. Sadraque, por sua capacidade de gestão e visão institucional.

### 7. Resultado da Semana de Saneamento de Dados

Pedro Vivas apresentou o resultado da Semana de Saneamento de dados conforme segue:

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE



Como tratou-se da primeira Semana de Saneamento de Dados, não há parâmetro comparativo para a efetividade. Certamente haverá uma próxima para que possamos realizar comparações e estabelecer metas. Há de se fazer o adendo de que nem todas as unidades participaram da atividade de saneamento, o que sinaliza a possibilidade de incremento da quantidade de processos saneados.

O Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, acrescentou que a Semana de Saneamento de Dados funcionou também como um alerta para a importância de um bom cadastro e higienização dos dados e que a atividade de saneamento não se encerrou e as unidades conseguem identificar e sanear os processos a qualquer tempo. Enfatizou também que a efetividade de quase 35% é expressiva, vez que a atividade de sanear um processo requer mais tempo do que, por exemplo, baixar um processo.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, destacou as lições aprendidas. A primeira delas é o entendimento da importância no tratamento dos dados para o Tribunal, pois o CNJ está buscando todas as informações através dos dados dos tribunais, baseado no Datajud e PDPI. Franco Bahia acredita que há necessidade de investimento no tratamento de dados, que vai desde a contratação dos profissionais de dados no TJBA até tratar o passivo e devemos cuidar para que não sejam inseridos dados falhos. Lembrou também da necessidade de capacitação para os demais operadores do direito no sentido de fazer a correta alimentação dos dados e para isso é preciso um trabalho conjunto com a OAB, Ministério Público e Defensoria Pública. O Secretário ressaltou o trabalho da Corregedoria no sentido de fazer essa atividade de forma constante. O Secretário considera ser relevante a realização de encontros constantes de acompanhamento para que a cobrança da qualidade dos dados seja reforçada. Lembrou que os números exibidos são referentes aos processos ativos, no entanto a qualidade de dados também é necessária nos processos baixados. Informou que o UNIJUD finalizará as atividades de digitalização e migração de processos, e assim poderá ter uma mudança em seu escopo, mesmo que de forma temporária, para se dedicar à qualidade de dados. Concluiu informando a atividade que vem sendo feita pelos robôs que estão etiquetando os processos e um outro que está mudando a autuação do processo para evolução de classe, o que contará para a melhoria das Metas Nacionais.

Pedro Vivas corroborou com a palavra de Franco Bahia falando sobre o objetivo estratégico que tem como meta atingir 1% de erros até 2026, e hoje o percentual está quase em 10%.

O servidor Yuri Oliveira informou que a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) apurará os casos das Unidades que não realizaram o saneamento dos dados. Além disso a CGJ verificou que está havendo uma dispersão de dados na área

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

criminal, para sanar as divergências o Escritório de Projetos da CGJ mapeará o fluxo dos processos criminais para elaborar manual para os magistrados e servidores. O mapeamento do processo deve estar de acordo com o que está no sistema. Finalizando sua intervenção, o servidor relatou a necessidade de melhorar a estrutura da Coordenação de Controle e Distribuição (CCOD) no sentido que essa coordenação faça a triagem dos processos. A realidade é que a estrutura da CCOD é pequena para realizar essa atividade. O servidor concluiu informando que há uma iniciativa que será proposta de projeto estratégico no sentido de reestruturar a CCOD para que o TJBA tenha o domínio da informação que é inserida.

O Desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud concorda com a importância de termos dados de qualidade e acredita que a Inteligência Artificial (IA) será imprescindível para realizar essas atividades de saneamento. O objetivo é impedir que qualquer processo seja recebido com erros, pois de nada adiantará sanear os dados e os processos continuarem a entrar com irregularidades. Para o magistrado, apenas através de IA os processos serão distribuídos sem erros.

Franco Bahia informou que nos últimos dois meses tem sido feita a prova de conceito com duas empresas multinacionais que consiste no envio de uma amostra de processos e pedimos que eles corrigissem os dados através de Inteligência Artificial. A IA lê o processo e entrega o dado correto e nós obtivemos um resultado em torno de 94% de acurácia. Dessa maneira, já há um trabalho sendo desenvolvido para contratar uma empresa que possa fazer, através de Inteligência Artificial, a correção desse dado, ou pelo menos informe qual o dado correto para que essa correção seja feita. Será uma discussão que vai precisar ocorrer com os órgãos estratégicos sobre quem fará a correção. O Secretário deixou registrado que essa iniciativa já está em curso.

A Diretora de Primeiro Grau, Viviane Souza, informou que além da capacitação do usuário externo, percebeu-se que os servidores não conhecem as tabelas de movimentações processuais, dessa maneira a Diretoria de Primeiro Grau e a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau em parceria com a Unicorp estão formatando ações de capacitação temáticas para os servidores. A servidora anunciou que na agenda da RAE está prevista a apresentação do Projeto Equaliza cujo um dos produtos é a realização das capacitações. Informou que uma das capacitações foi iniciada e é voltado para o público do Tribunal do Júri, pois após a informação do Grupo de Trabalho do Júri de que quase cem sessões foram perdidas por conta de movimento errado e, conseqüentemente não capturado pelo Datajud. A Diretora reforçou a necessidade das capacitações com os servidores pois não basta cadastrar, e a cada ato que o magistrado e o servidor lançam no processo precisa ser lançado um movimento respectivo, e, a partir do momento que não se sabe qual é o movimento e qual é o impacto disso na nossa estatística, sempre haverá problemas recorrentes.

O Presidente do TJBA, Des. Nilson Castelo Branco, questionou ao Secretário Franco Bahia sobre a consequência no andamento do processo para o indivíduo integrante do público interno quando o dado não é lançado de forma correta.

Franco Bahia respondeu que o processo tramita normalmente, entretanto se o código da sessão for lançado de forma incorreta, por exemplo: o código correto é **sessão de júri realizada** e o lançamento foi **audiência realizada**, ao extrairmos os dados, o CNJ verificará que o TJBA realizou uma audiência em vez de uma sessão de Júri. O processo em si não será paralisado, mas o TJ será penalizado quando da análise dos indicadores pelo CNJ.

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

Franco Bahia concluiu então que, há um prejuízo relativo, não diretamente com o andamento do processo, porém o Tribunal e seus servidores restam prejudicados, vez que os indicadores que são analisados pelo CNJ passam a não refletir a realidade. Um magistrado será prejudicado pois terá nos registros, nesse exemplo, uma audiência realizada e não uma sessão do júri, que é mais complexa.

O Presidente do TJBA, considera de extrema importância a divulgação da capacitação para público externo, vez que este precisaria de uma motivação para fazer o lançamento correto dos dados.

Franco Bahia informou que foi encaminhado à CAPG um projeto de um portal na *home page* do Tribunal, orientando como fazer o processo tramitar mais rápido, evitando as correções, inclusive o impacto na distribuição. A ideia é mostrar que há vantagem em ter a qualidade dos dados do processo. Acrescentou que essa medida é importante não só para os advogados, mas também para as procuradorias. Inclusive para que ferramentas de inteligência artificial sejam utilizadas, os dados precisam estar padronizados e corretamente lançados. Além das procuradorias, deve ser feita a capacitação também junto à Secretaria de Segurança Pública, para os servidores das Delegacias.

O Desembargador Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro acrescentou a informação de que já foi feito um despacho orientando ao usuário externo como é feito o protocolo de um embargo de declaração, agravo interno e agravo de instrumento.

O Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, corroborou com a informação dada por Yuri Oliveira, sobre a importância de distribuir a informação sobre os fluxos processuais nas unidades e citou como exemplo os casos de violência doméstica. Os códigos utilizados nas movimentações impactam na qualidade da informação coletada pelo CNJ. Muitos processos com análise de medida protetiva estão com o código de concessão de liminar, quando deveriam ser classificados como concessão de liminar para violência doméstica. O CNJ avalia e contabiliza os processos de violência doméstica pelo seu código específico, ou seja, muitas vezes o TJBA deixa de informar corretamente seus dados em razão de lançamento de código incorreto. O Diretor informou que já está sendo feito um trabalho junto à Setim e à Assessoria Especial da Presidência I para que haja uma limitação nos sistemas a fim de evitar que códigos sejam lançados de forma equivocada.

### 8. Semana de Sentenças e Baixas

Pedro Vivas apresentou a proposta de antecipação da Semana de Sentenças e baixas dos dias 23 a 27 de outubro para 17 a 21 de julho. A alteração foi aprovada pelo Comitê de Governança.

O Secretário Franco Bahia propôs a realização de uma Semana Estadual de Conciliação antecedendo a Semana Nacional que acontecerá em novembro. Acrescentou a importância de realização de Semanas Temáticas de Conciliação, a exemplo de questões imobiliárias, direito do consumidor etc. Sugeriu que fosse colocado em pauta para deliberação.

Dra. Rita Ramos, titular da Assessoria Especial da Presidência II, lembrou que há a recomendação do CNJ para a realização da Semana Estadual de Conciliação e que, inclusive, já foram realizadas no TJBA.

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

Pedro Vivas confirmou a informação de Dra. Rita Ramos e complementou com o que fora dito por Franco Bahia, no sentido de colocar em deliberação a antecipação da Semana Estadual de Conciliação para que os resultados já pudessem refletir para o Prêmio CNJ de Qualidade.

O Desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud concordou com a realização da Semana estadual, entretanto entende que terá mais economicidade sendo liderada pelos mediadores do NUPEMEC, vez que para a COJE haverá um custo adicional para conciliadores.

Após as discussões foram colocados para deliberação do Comitê de Governança os seguintes pontos:

- 1- Realização da Semana Estadual de Conciliação
- 2- Caso seja aprovada: período de realização.

O Comitê de Governança verificou que seria mais produtivo realizar a Semana Estadual de Conciliação antes da Semana de Sentenças e Baixas, aprovou então, a realização da Semana Estadual de Conciliação de 17 a 21 de julho e a Semana de Sentenças e Baixas de 24 a 28 de julho.

O Secretário de Tecnologia da Informação, Ricardo Neri, alertou para o período de envio dos dados ao CNJ que é até 31/07/23 e o sistema pode não atender à grande demanda que ocorrerá em razão dos resultados das Semanas Especiais.

Alexsandro Santos afirmou que haverá tempo hábil para o envio, vez que o envio dos dados inicia em 31/07 e pode prosseguir até dia 10/08.

Dra. Rita Ramos lembrou da importância de que os magistrados tenham conhecimento prévio de todas essas semanas porque algo que sempre é colocado por todos eles é que eles têm conhecimento em um tempo muito curto para se prepararem e isso pode gerar um resultado que não seja tão significativo e proveitoso, pois existem pautas que são previamente marcadas e projetos que são previamente alinhados. A magistrada solicitou que, quando da aprovação do Comitê de Governança, da realização das Semanas Especiais, os magistrados sejam informados com antecedência. E assim como a Semana Nacional de Conciliação acontecerá de 06 a 11 de novembro, a 2ª Semana Estadual de Conciliação poderia também ser deliberada para que a informação fosse encaminhada aos magistrados.

Pedro Vivas sugeriu o período de 30/10 a 01/11. Não houve deliberação do Comitê de Governança.

### 9. Ações Prêmio CNJ de Qualidade 2023

Pedro Vivas apresentou o resumo da classificação dos prêmios de acordo com a Portaria do CNJ, bem como o resumo de todas as atividades que foram realizadas com relação ao Prêmio CNJ de Qualidade.

O Secretário de Planejamento e Orçamento também apresentou a expectativa de pontuação de acordo com as informações já recebidas e com base no histórico das ações. A expectativa do percentual de alcance do TJBA seria de 63% até aquela data. Finalizou lembrando a realização do III Simpósio do Prêmio CNJ de Qualidade que será realizado com o objetivo de concluir o acompanhamento das ações que precisam ser realizadas até o dia 31/07/23.

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

---

### 10. Eventos em julho

Processo Participativo da Elaboração das Metas Nacionais – Pedro Vivas anunciou que a proposta inicial das Metas Nacionais foi divulgada pelo CNJ e será encaminhada à Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau para que os magistrados possam avaliar e, assim, poderem avaliar por meio da pesquisa que será realizada entre os dias 03/07 e 16/07 e os resultados divulgados até o dia 21/07. O TJBA será por mais um ano o Tribunal que liderará essa consulta pública, criando o link e encaminhando aos demais tribunais estaduais, bem como ao Ministério Público, OAB e Defensoria Pública.

Audiência Pública – trata-se de item obrigatório para a Gestão de Metas Nacionais. Será realizada no dia 05/07 no auditório e transmitida pelo *YouTube* para que toda a sociedade possa participar.

Encontro Nacional da Rede de Governança (dias 10 e 11) – todos os Tribunais Estaduais estarão na sede do TJBA a fim de realizar a revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026, exposição de boas práticas e discussão das Metas Nacionais.

### 11. Portfólio de Projetos Estratégicos

A servidora Hévila Santana apresentou o portfólio de projetos estratégicos distribuídos nos eixos de Acesso à Justiça, Eficiência em Números e Governança Judiciária. A servidora informou os percentuais de execução dos projetos ao CGOV e destacou que a maioria dos projetos do portfólio estratégico serão encerrados ao final de 2023 ou início de 2024, o que gera condições para que as unidades elaborem novos projetos com o intuito de alcançar os objetivos e sensibilizar a estratégia do Poder Judiciário da Bahia.

O Secretário de Tecnologia da Informação, Ricardo Neri, informou que o prazo de conclusão do projeto Sistema de Inteligência Artificial Athos, previsto para agosto de 2024, se dá em razão da subdivisão em entregas e a primeira delas será feita nesta data. Quanto ao projeto de Solução de Continuidade de TIC, previsto para findar em 19/12/2024, em razão de terem diversas entregas e depender também do Codex do CNJ.

O Juiz Assessor da 2ª Vice-Presidência, Dr. Freddy Pitta Lima, elogiou o trabalho realizado pela Setim e informou que a página do Sistema Athos para aquela unidade já seria homologada naquela semana.

Ricardo Neri agradeceu e acrescentou que, para o projeto de Sistema Integrado de Gestão Educacional da Unicorp, a participação da Setim se dá com a realização da licitação para contratar que já está em andamento.

### 12. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico

A Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende apresentou o projeto Equaliza TJBA conforme os seguintes dados:

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

### DETALHES DA INICIATIVA

**NOME DA UNIDADE:** COORDENADORIA DE APOIO AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO (CAPG)

**ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:** Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; e Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

**AÇÃO DEFENDIDA:** A disponibilização de ferramentas para difundir o conhecimento e uniformar o uso das ferramentas de gestão objetiva reduzir custos, impulsionar a produtividade das unidades judiciárias de 1º grau, otimizar o atendimento aos jurisdicionados, aumentar o grau de satisfação na prestação do serviço, estimular a busca pelo aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e garantir mais transparência, eficiência e um serviço de excelência para o cidadão, com um Poder Judiciário mais forte.

**JUSTIFICATIVA:** O presente projeto se justifica na premente necessidade de melhorar a gestão judiciária, investindo na capacitação do corpo funcional e na oferta de ferramentas para disseminar o conhecimento acerca das rotinas e procedimentos, das boas práticas aplicadas nas unidades de 1º grau e de mecanismos de gestão, bem assim aproximar os servidores do PJBA, reforçando a cultura de pertencimento à instituição.

**OBJETIVO SMART:**

Desenvolver produtos e iniciativas voltados para a capacitação e gestão de unidades judiciárias da 1ª instância, reunindo informações, materiais e recursos em uma única plataforma eletrônica (Portal do 1º Grau), até dezembro de 2023.

**BENEFÍCIOS:** 1. Redução do retrabalho; 2. Difusão de conhecimento acerca dos procedimentos judiciais e administrativos para os servidores do 1º grau; 3. Fomento do mapeamento dos fluxos de trabalho para o 1º grau; 4. Estimular o compartilhamento das boas práticas aplicadas entre as unidades do TJBA; 5. Aproximar a Administração das unidades do 1º grau de jurisdição

• **CUSTO ESTIMADO:** Identifica-se que o projeto terá despesas para a realização das ações de capacitação previstas, em valores a serem confirmados pela UNICORP. Ademais, serão utilizados os recursos humanos, tecnológicos e materiais existentes no Tribunal de Justiça.

•• **AÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A magistrada acrescentou ao que fora apresentado, a possibilidade de realização de parcerias para que a capacitação com relação à TPU fosse também ofertada aos advogados, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, vez que esse público lança as petições iniciais. E, em razão do grande número de pessoas que devem ser alcançadas, o TJBA não terá condições de efetivar todas as capacitações sozinho.

Desembargadora Cynthia Resende falou sobre os serviços que serão disponibilizados no Portal do Primeiro Grau:

1. Catálogo de Serviços Administrativos
2. Cartilhas Ferramentas de Gestão
3. Capacitações:
  - Curso Tabela Processual Unificada: Módulo Geral; Tribunal Do Juri; Suspensão E Sobrestamento; E Violência Doméstica (Por serem esses assuntos com erros mais frequentes)
  - Capacitação Prática em Execuções Fiscais
  - Capacitação Prática Cartorária Criminal
4. Mapeamento de Fluxos 1º Grau (Fluxo das execuções fiscais está em finalização)
5. Juiz Mentor (principais dúvidas: improbidade, possessórias, saúde, violência doméstica, infância e juventude e crime organizado)
6. Banco de Modelos de Sentenças (será lançado no fluxo do PJE)

Pedro Vivas sugeriu, como boa prática, que quando do mapeamento dos fluxos processuais, já fossem informados os códigos da TPU para que os erros fossem evitados. Colocou a equipe da Seplan a disposição para auxiliar na atividade da CAPG.

A proposta foi colocada em votação e aprovada pelo Comitê de Governança.

### 13. Agendamento da próxima RAE - Encerramento

Data da próxima RAE aprovada para 14/09/23. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia declarou encerrada a XXV Reunião de Análise Estratégica.

## XXV REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXV RAE

---

O Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco, franqueou a palavra aos participantes. O Secretário Franco Bahia deu as boas-vindas à Controladora Chefe, Tâmara Luz, em sua primeira participação da RAE. O Presidente do TJBA estendeu os cumprimentos à Controladora e declarou encerrada a XXV Reunião de Análise da Estratégia.